




EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: UM PERCURSO ATÉ A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

 <https://doi.org/10.56238/levv16n44-021>

Data de submissão: 13/12/2024

Data de publicação: 13/01/2025

Adelcio Machado dos Santos

Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC).
Pós-Doutor em Gestão do Conhecimento (UFSC).
Docente, pesquisador e orientador do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).
Rua Victor Baptista Adami, 800 – Centro – Caçador/SC/Brasil.
E-mail: adelciomachado@gmail.com

Audete Alves dos Santos Caetano

Mestra do Programa de Pós-Graduação “Stricto Sensu” em Educação Básica da UNIARP.
Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).
Rua Victor Baptista Adami, 800 – Centro – Caçador/SC/Brasil.

RESUMO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), implementada em 2017, surgiu como um documento orientador que estabelece diretrizes claras para a educação infantil, assegurando que todas as crianças, independentemente de sua origem, tenham acesso a uma educação de qualidade. A implementação da BNCC na educação infantil trouxe uma significativa mudança no currículo, enfatizando a importância de uma abordagem integrada e multidisciplinar. Conforme discutido, existem alguns aspectos que norteiam a BNCC em todo o seu percurso, cuja efetivação busca garantir alguns pontos, tais como: a formação contínua de educadores, a inovação pedagógica e a integração das tecnologias emergentes, observando que elas devem ser priorizadas para preparar as crianças para os desafios do século XXI. Assim, compreende-se que é necessário que a BNCC permaneça um documento vivo, que não somente direcione a práxis pedagógica, mas também busque cada vez mais incentivar a reflexão crítica e a construção colaborativa de conhecimento.

Palavras-chave: Educação Infantil. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Práticas Pedagógicas.

1 INTRODUÇÃO

A educação infantil no Brasil é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988 e representa uma fase fundamental para o desenvolvimento integral das crianças (Libâneo, 2003). Compreende-se a educação de crianças de 0 a 5 anos como um fator primordial para promover a socialização, a formação de vínculos e o aprendizado de habilidades fundamentais (Faria; Teixeira, 2023). Nas últimas décadas, o Brasil tem buscado avançar na qualidade da educação infantil, refletindo nas políticas públicas que visam não apenas ampliar o acesso, mas também garantir a equidade e a qualidade do ensino.

Nesse contexto, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), implementada em 2017, surge como um documento orientador que estabelece diretrizes claras para a educação infantil, assegurando que todas as crianças, independentemente de sua origem, tenham acesso a uma educação de qualidade. De um modo geral, compreende-se que a BNCC define os direitos de aprendizagem e propõe uma visão integradora e holística, que considera as singularidades de cada criança.

A justificativa para o presente estudo reside na necessidade de compreender o percurso histórico da educação infantil no Brasil e como a BNCC tem impactado a prática pedagógica na educação infantil. A problemática central gira em torno da adequação das propostas curriculares às diretrizes da BNCC e sua efetividade na promoção de uma educação inclusiva e de qualidade.

A metodologia adotada para este artigo inclui uma revisão da literatura sobre a educação infantil e a BNCC, além de análises de documentos oficiais e instrumentos de políticas públicas que tratam sobre a educação infantil no Brasil. Essa abordagem busca proporcionar uma visão abrangente das implicações da BNCC na educação infantil, considerando diferentes contextos e realidades.

Nesse sentido, os objetivos deste artigo são: analisar a evolução da educação infantil no Brasil até a implementação da BNCC; discutir os principais desafios e oportunidades trazidos pela BNCC para a prática pedagógica; e refletir sobre o futuro da educação infantil à luz das diretrizes propostas pela BNCC, visando contribuir para o aprimoramento das políticas educacionais e práticas pedagógicas.

2 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

A educação infantil no Brasil tem suas raízes em um contexto histórico que remonta ao século XIX, com iniciativas que buscavam atender à demanda por educação de crianças pequenas, especialmente em áreas urbanas (Garcia; Ramos, 2022). A partir da década de 1980, o Brasil começou a estruturar uma política de educação infantil mais consistente, com a promulgação da Constituição de 1988, que garantiu o direito à educação para todas as crianças. Segundo Kuhlmann (2008), a Constituição estabelece a educação infantil como um direito social, colocando-a como parte do sistema educacional.

Nos anos seguintes, políticas públicas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Plano Nacional de Educação (PNE) contribuíram para o fortalecimento da educação infantil, priorizando a criação de creches e pré-escolas (Teixeira; Mello, 2015). Dentro desse contexto de desenvolvimento e ampliação, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) também foi essencial para garantir recursos financeiros a essas instituições, permitindo que a educação infantil se tornasse uma prioridade na agenda educacional do país (Garcia; Ramos, 2022).

Vários marcos legais ao longo da história brasileira estabeleceram diretrizes importantes para a educação infantil. Em 1990, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96 destacou a educação infantil como uma etapa da educação básica, que deve ser oferecida preferencialmente em creches e pré-escolas. Além disso, a Resolução nº 2 de 2017 do Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou a BNCC, que estabelece as diretrizes para a educação infantil, buscando garantir uma formação integral e de qualidade para as crianças (Martins et al. 2014)

Conforme Silva (2019), a BNCC representa um avanço significativo, pois orienta o currículo da educação infantil e busca assegurar a equidade na formação das crianças. Assim, entende-se que a educação infantil é compreende a etapa da educação básica destinada a crianças de zero a cinco anos. Essa fase é crucial para o desenvolvimento integral da criança, considerando aspectos físicos, emocionais, sociais e cognitivos (Moreira; Tomazzetti, 2018). De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), a educação infantil deve proporcionar experiências significativas que promovam o desenvolvimento das capacidades da criança, favorecendo sua autonomia e sociabilidade (Teixeira; Mello, 2015).

Para Lessa (2017), a educação infantil deve ser vista como um espaço de aprendizado e vivência, onde a criança é protagonista de seu processo educativo. A definição de educação infantil vai além da mera instrução; trata-se de um espaço de interação e socialização. Conforme pontua Lessa (2017), ela deve promover a construção de identidades, relações e aprendizagens significativas. Para Ribeiro (2020), a educação infantil é um direito das crianças e deve ser entendida como um processo contínuo, que valoriza as experiências e os conhecimentos prévios dos pequenos.

Além disso, a BNCC define a educação infantil como a primeira etapa da educação básica, que deve promover o desenvolvimento integral da criança, em suas dimensões física, emocional, social e cognitiva (Brasil, 2017). Assim, a discussão sobre as políticas e instrumentalizações legais para a primeira infância e toda a fase da educação infantil tem permeado o debate público ao longo de décadas.



3 A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que estabelece diretrizes e conteúdos essenciais para a educação no Brasil, incluindo a educação infantil (Brasil, 2017). A BNCC visa garantir que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de sua localização geográfica ou contexto social (Campos; Durli; Campos, 2019).

Ela é composta por três partes principais: a apresentação dos fundamentos, as competências gerais e os direitos de aprendizagem. Entre os princípios que norteiam a BNCC, destaca-se a ideia de que a educação deve ser integral e inclusiva, respeitando a diversidade e promovendo o desenvolvimento integral da criança (Nogueira; Borges, 2023). Segundo Souza (2019), a BNCC busca construir uma educação que valorize o ser humano em sua totalidade, respeitando suas especificidades e singularidades.

As competências gerais da educação infantil, conforme descrito na BNCC, incluem habilidades como a convivência, o desenvolvimento da identidade, a comunicação e a expressão. A BNCC ressalta que as experiências da educação infantil devem possibilitar que as crianças se apropriem de conhecimentos, valores e habilidades que lhes permitam interagir com o mundo ao seu redor (Brasil, 2017). Nesse sentido, Gomes (2019) pontua que a BNCC atua como um guia para que educadores planejem atividades que promovam o aprendizado significativo e contextualizado.

Os objetivos da BNCC para a educação infantil incluem diferentes aspectos: promover o desenvolvimento integral das crianças, garantir a igualdade de oportunidades e fortalecer a formação de uma base sólida para a educação básica. Ela propõe que a educação infantil não seja apenas um espaço de cuidado, mas também de aprendizado, onde as crianças possam explorar e experimentar. De acordo com Pimenta e Lima (2020), a BNCC estabelece um novo paradigma para a educação infantil, ao enfatizar a importância da interação e do jogo como mediadores do aprendizado.

De acordo com Lima (2021), a BNCC estabelece diretrizes específicas para a educação infantil, enfatizando a importância do brincar como um direito das crianças, sendo ela um documento orientador que as práticas pedagógicas devem valorizar a ludicidade e a interação social, reconhecendo a brincadeira como um meio essencial para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças. Segundo Kishimoto (2018), o brincar é a principal linguagem da criança, e deve ser o eixo central das propostas pedagógicas na educação infantil.

A BNCC também destaca a necessidade de formação contínua dos educadores, que devem estar preparados para implementar as diretrizes propostas de forma crítica e reflexiva. Para Lima (2021), a formação de professores é fundamental para a efetivação das diretrizes da BNCC, pois são os educadores que concretizam as políticas educacionais no cotidiano das instituições.

4 A BNCC E SUAS IMPLICAÇÕES NA PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A implementação da BNCC na educação infantil trouxe uma significativa mudança no currículo, enfatizando a importância de uma abordagem integrada e multidisciplinar. Segundo Gomes (2019), a BNCC propõe que as crianças sejam vistas como protagonistas do seu aprendizado, permitindo uma maior flexibilidade na construção de currículos que respeitem as singularidades de cada grupo. Essa mudança implica uma transição de um currículo centrado na memorização para um que prioriza o desenvolvimento de competências e habilidades, alinhando-se às necessidades do século XXI (Nogueira; Borges, 2023).

Até os anos 1990, a educação infantil no Brasil era frequentemente marginalizada, sendo vista apenas como um espaço de cuidado e socialização, sem a devida valorização do aprendizado (Campos; Durli; Campos, 2020). A LDB de 1996 marcou um ponto de inflexão ao reconhecer a educação infantil como uma etapa da educação básica, promovendo a necessidade de um currículo estruturado e de qualidade. Segundo Ribeiro (2008), esse reconhecimento possibilitou um novo olhar sobre a infância, enfatizando a importância da educação formal desde os primeiros anos de vida.

Nos anos 2000, o desenvolvimento de documentos como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), publicadas em 2009, trouxe orientações mais específicas para a construção do currículo nessa etapa (Frangella; Dias, 2018). Essas diretrizes enfatizavam a importância do brincar como um direito da criança e uma estratégia fundamental para o aprendizado, o que foi um avanço significativo na concepção do currículo infantil (Kramer, 2010).

A partir da aprovação da BNCC em 2017 houve uma quebra de paradigma na educação e um marco na trajetória do currículo da educação infantil no Brasil, observam Nogueira e Borges (2023). Com sua implementação, a BNCC propõe uma nova abordagem que integra competências e habilidades, valorizando o aprendizado de forma significativa e contextualizada. Segundo Lima (2018), a BNCC amplia o conceito de currículo ao incorporar aspectos da cultura local e da diversidade, permitindo que cada instituição de ensino adapte as diretrizes às suas realidades.

As mudanças propostas pela BNCC vão além da mera inclusão de conteúdos. Ela introduz a ideia de que as crianças devem ser protagonistas de seu aprendizado, favorecendo práticas pedagógicas que estimulem a autonomia e a criatividade (Frangella; Dias, 2018). De acordo com Vieira (2019), essa abordagem é fundamental para promover um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e dinâmico, que respeite as singularidades de cada criança e grupo.

Contudo, a transição para o novo modelo curricular enfrentou alguns entraves durante o seu processo de implementação, visto que a dificuldade na mudança de determinados conceitos e instrumentos (Cássio, 2018). A resistência à mudança, a falta de formação adequada para os educadores e a escassez de recursos materiais são obstáculos que precisam ser superados para que a

BNCC seja efetivamente implementada. Ferreira (2021) aponta que muitos educadores ainda estão adaptando suas práticas pedagógicas para atender às novas diretrizes, o que pode levar a um período de incertezas e inseguranças.

Além disso, Lima (2018) observa que é necessário que a implementação da BNCC considere as especificidades regionais e as realidades socioeconômicas das comunidades atendidas. Desse modo, o processo de adaptação é fundamental para garantir que o currículo seja verdadeiramente inclusivo e significativo para todas as crianças, de modo que haja uma efetividade nas próximas alterações legislativas.

Quanto a formação de professores, ela é um aspecto crucial para a implementação eficaz da BNCC. De acordo com Pimenta e Lima (2018), é fundamental que a formação inicial e continuada dos educadores seja repensada para incluir práticas que integrem teoria e prática, promovendo uma compreensão aprofundada da BNCC. As formações devem abordar não apenas os conteúdos a serem ensinados, mas também metodologias que incentivem a criatividade e a autonomia das crianças.

Com a introdução da Base, há uma necessidade urgente de reconfigurar os currículos dos cursos de formação docente, incorporando não apenas o conteúdo pedagógico, mas também o desenvolvimento de competências que favoreçam uma prática reflexiva e contextualizada (Cássio, 2018). Segundo Gatti (2017), a formação inicial deve ser acompanhada por programas de formação continuada que garantam uma atualização constante dos educadores em relação às diretrizes da BNCC.

Gatti (2017) observa que a BNCC dá mais ênfase na formação integral da criança, que exige que os professores desenvolvam uma compreensão ampla das diversas dimensões do aprendizado. Conforme aponta Oliveira (2018), isso implica que os educadores precisam ser capacitados a trabalhar com a diversidade e a inclusão, adaptando suas práticas para atender a diferentes ritmos e estilos de aprendizagem. Assim, a BNCC propõe uma educação que valoriza a criatividade, a crítica e a autonomia, requerendo que os professores também sejam formadores de pensadores críticos e cidadãos ativos.

Posto isto, Frangella e Dias (2018) discutem sobre a importância dos cursos de formação de professores incluírem experiências práticas que articulem teoria e prática. Conforme discute Pimenta (2019), essa articulação pode ser favorecida por meio de parcerias com instituições de educação infantil, onde futuros educadores possam observar e vivenciar as realidades da sala de aula, refletindo sobre suas experiências em contextos reais, assim, possibilitando um aprendizado mais significativo e alinhado às exigências da BNCC.

Outro aspecto relevante é a formação em competências digitais. A inserção das tecnologias na educação infantil, como propõe a BNCC, requer que os professores sejam capacitados para integrar essas ferramentas de maneira eficaz e crítica em suas práticas pedagógicas. Segundo Almeida (2020), a formação deve incluir o desenvolvimento de habilidades que permitam aos educadores utilizarem a

tecnologia não apenas como um recurso, mas como um meio para fomentar a interação e a colaboração entre as crianças.

Na visão de Costa, Farias e Souza (2019), a formação de professores deve ser um processo contínuo e colaborativo, envolvendo comunidades de prática que incentivem a troca de experiências e o aprendizado mútuo. Sendo assim, deve ter uma abordagem é sistêmica para enfrentar os desafios da implementação da BNCC e para garantir que todos os educadores estejam preparados para promover uma educação de qualidade na primeira infância (Gonzalez, 2021).

A adoção da BNCC na educação infantil apresenta tanto desafios quanto oportunidades. Entre os principais desafios, destaca-se a resistência à mudança por parte de educadores e gestores, que podem ter dificuldades em se adaptar a novas práticas pedagógicas (Silva, 2020). Por outro lado, a BNCC também oferece oportunidades de inovação e melhoria na qualidade da educação, uma vez que propõe a construção de um ambiente de aprendizagem mais significativo e inclusivo (Oliveira, 2018).

Segundo Lima e Oliveira (2020), muitos profissionais da educação têm dificuldade em romper com práticas tradicionais, que frequentemente priorizam a transmissão de conteúdos em detrimento da formação de competências. Essa resistência pode ser entendida, em parte, como um reflexo de um sistema educacional que valoriza a memorização em vez do aprendizado significativo (Oliveira, 2018). Para Nogueira e Borges (2023), a adequação dos currículos locais às diretrizes da BNCC pode ser considerada um outro grande desafio. A diversidade regional do Brasil implica que a implementação das diretrizes deve considerar as especificidades culturais, sociais e econômicas de cada contexto.

De acordo com Freitas (2021), a BNCC, embora nacional, não pode ser uma "receita de bolo"; precisa ser flexível o suficiente para permitir que educadores adaptem os conteúdos às realidades de suas comunidades. Além disso, a formação contínua dos educadores é um aspecto crítico para a implementação da BNCC. Como observa Ribeiro (2019), muitos professores carecem de formação específica sobre como integrar as diretrizes da BNCC em suas práticas pedagógicas. A falta de recursos e suporte técnico, bem como a escassez de tempo para a formação continuada, também são barreiras que dificultam a aplicação efetiva da BNCC.

Por outro lado, a adoção da BNCC também abre portas para oportunidades significativas na educação infantil. A ênfase em uma abordagem interdisciplinar permite que as crianças desenvolvam competências que são essenciais para o século XXI, como a criatividade, a colaboração e o pensamento crítico (Santos, 2022). A BNCC incentiva a construção de um currículo que respeite o tempo e o ritmo de aprendizagem das crianças, promovendo ambientes de aprendizagem mais dinâmicos e participativos.

Gatti (2017) argumenta que ela também pode fomentar a possibilidade de formação de redes colaborativas entre educadores. Conforme destaca Nunes (2020), a troca de experiências e práticas pedagógicas entre profissionais pode enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, proporcionando

um espaço de construção coletiva de conhecimento. Essa colaboração pode ajudar a superar a resistência à implementação da BNCC e promover uma cultura de inovação nas escolas.

Para que a BNCC se mantenha relevante, ela deve estar em constante adaptação aos novos tempos, como afirmam Para Nogueira e Borges (2023), citando como a pandemia de COVID-19 evidenciou a necessidade de integrar tecnologias digitais na educação. Segundo Costa (2021), a BNCC deve considerar a formação digital como uma competência fundamental, preparando as crianças para um futuro em que as habilidades tecnológicas serão essenciais. Conquanto, a BNCC deve se atentar às demandas sociais contemporâneas, como a educação inclusiva e a diversidade cultural, sendo imperativo que as diretrizes da BNCC incorporem práticas que reconheçam e valorizem as diferenças, garantindo que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade, incluindo uma maior atenção às práticas antirracistas, de gênero e à educação ambiental (Soares, 2022).

Para Costa (2021), a BNCC deve ser um documento vivo, que se adapta e evolui conforme as necessidades e realidades das crianças e das comunidades, ou seja, o futuro da BNCC passa por um compromisso coletivo com a melhoria contínua da educação, a formação de professores e a valorização da diversidade cultural e social do Brasil. Todavia, os desafios na implementação da BNCC incluem a falta de recursos e formação adequada para os profissionais da educação. Segundo Ferreira (2021), muitos educadores ainda se sentem inseguros em relação às diretrizes da BNCC e como aplicá-las efetivamente em sala de aula. Além disso, a diversidade das realidades brasileiras exige uma adequação das diretrizes às especificidades regionais, o que pode ser um obstáculo significativo.

Em termos de oportunidades, a BNCC pode ser um catalisador para a transformação da educação infantil, de modo que o futuro da BNCC deve ser orientado por um contínuo diálogo entre educadores, gestores e a comunidade, visando a adaptação constante das diretrizes às novas demandas sociais e tecnológicas. O impacto da tecnologia e do novo perfil do aluno, que é mais conectado e ativo, sugere a necessidade de um currículo que integre ferramentas digitais e metodologias inovadoras, como a aprendizagem baseada em projetos (Pereira, 2022).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa abordou as implicações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na prática pedagógica da educação infantil, destacando tanto os desafios quanto as oportunidades que surgem com sua implementação. Ao discutir a evolução do currículo, a formação de professores e as especificidades regionais, ficou evidente que a adoção da BNCC exige um comprometimento coletivo em adaptar práticas educativas às novas realidades sociais e tecnológicas.

Refletindo sobre o futuro da educação infantil no Brasil, é salutar e imperativo que as políticas públicas continuem a promover ambientes de aprendizado inclusivos e que valorizem a diversidade.



A formação contínua de educadores, a inovação pedagógica e a integração das tecnologias emergentes devem ser priorizadas para preparar as crianças para os desafios do século XXI.

Quanto à BNCC, seu futuro depende de um processo dinâmico de revisão e adaptação, que leve em consideração as necessidades da sociedade contemporânea. É necessário que a BNCC permaneça um documento vivo, que não somente direcione a prática pedagógica, mas também busque cada vez mais incentivar a reflexão crítica e a construção colaborativa de conhecimento.

Por fim, futuras pesquisas sobre o tema podem aprofundar suas discussões sobre a eficácia das práticas pedagógicas resultantes da implementação da BNCC, a formação de comunidades de aprendizagem entre educadores e o impacto da tecnologia no desenvolvimento de competências infantis. Desse modo, a investigação contínua seria interessante para basilares pesquisas práticas e fomentar a criação de novas políticas públicas para a educação infantil no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. R. Tecnologia na educação infantil: desafios e perspectivas. Porto Alegre: Editora Educação em Foco, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 01 out. 2024.

CAMPOS, R. de F.; DURLI, Z.; CAMPOS, R. BNCC e privatização da Educação Infantil: impactos na formação de professores. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v.13, n.25, p.169-185, jan/mai. 2019. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/962>. Acesso em: 01 out. 2024. DOI: <https://doi.org/10.22420/rde.v13i25.962> DOI: <https://doi.org/10.22420/rde.v13i25.962>

CÁSSIO, F. L. Base Nacional Comum Curricular: ponto de saturação e retrocesso na educação. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, DF, v. 12, 2018. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/887/pdf>. Acesso em: 30 set. 2024. DOI: <https://doi.org/10.22420/rde.v12i23.887> DOI: <https://doi.org/10.22420/rde.v12i23.887>

COSTA, L. M. Educação e tecnologias: desafios contemporâneos. São Paulo: Editora Educação Digital, 2021.

COSTA, M. da C. dos S.; FARIAS, M. C. G. de; SOUZA, M. B. de S. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a formação de professores no Brasil: retrocessos, precarização do trabalho e desintelectualização docente. *Movimento-Revista de Educação*, Niterói, ano 6, n.10, p.91-120, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32665>. Acesso em: 30 set. 2024. DOI: <https://doi.org/10.22409/mov.v0i10.535> DOI: <https://doi.org/10.22409/mov.v0i10.535>

FARIA, Helena Aparecida de; TEIXEIRA, Luzinete de Oliveira. Educação infantil no Brasil: superando desafios e alcançando avanços. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 9, n. 5, p. 3674–3684, 2023. DOI: 10.51891/rease.v9i5.10181. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/10181>. Acesso em: 01 out. 2024.

FERREIRA, M. R. Desafios na implementação da BNCC na educação infantil: um olhar crítico. São Paulo: Editora da Educação, 2021.

FRANGELLA, R. de C. P.; DIAS, R. E. Os sentidos de docência na BNCC: efeitos para o currículo da educação básica e da formação/atuação de professores. *Educação Unisinos*, v.22, n.1, p. 7-15, janeiro-março 2018. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2018.221.01>. Acesso em: 01 out. 2024. DOI: <https://doi.org/10.4013/edu.2018.221.14785> DOI: <https://doi.org/10.4013/edu.2018.221.01>

FREITAS, R. D. Currículo e diversidade: desafios da BNCC na educação infantil. Brasília: Editora Caminhos da Educação, 2021.

GARCIA, L. A.; RAMOS, M. F. H. Caracterização da educação infantil no Brasil: um estudo a partir dos dados do censo da educação básica. *Educere et Educare*, v. 17, n. 42, p. 280–305, 2022. DOI: 10.48075/educare.v17i42.24253. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/24253>. Acesso em: 1 out. 2024.

GATTY, D. Formação de professores e a prática docente: uma análise da BNCC. São Paulo: Editora Educacional, 2017.



- GOMES, A. L. Currículo e educação infantil: reflexões sobre a BNCC. Rio de Janeiro: Editora Educação e Sociedade, 2019.
- GONZALEZ, L. F. Comunidades de prática na formação de professores: um caminho para a educação infantil. Curitiba: Editora Educação e Desenvolvimento, 2021.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida. A importância do brincar: uma abordagem da educação infantil. São Paulo: Editora Cortez, 2018.
- KRAMER, S. Educação infantil: os desafios do currículo. Rio de Janeiro: Editora Educação e Sociedade, 2010.
- KUHLMANN, Marcos. Educação infantil: uma reflexão sobre a história e as políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2008.
- LESSA, Angela. O brincar e a educação infantil. Porto Alegre: PUC-RS, 2017.
- LIBÂNEO, José Carlos. Organizações e Gestão da Escola. Alternativa: 2003.
- LIMA, L. A. A BNCC e suas implicações na educação infantil. Belo Horizonte: Editora Formação e Educação, 2018.
- LIMA, Maria de Fátima. Formação de professores e a BNCC: desafios e perspectivas. Revista Brasileira de Educação, v. 26, n. 79, p. 1-20, 2021.
- LIMA, A. J. & OLIVEIRA, M. T. Mudanças curriculares e resistência docente: um olhar sobre a BNCC. Rio de Janeiro: Editora Reflexão, 2020.
- MARTINS, M. F. D; VIEIRA, J. S.; FEIJÓ, J. R.; BUGS, V. O trabalho das docentes da Educação Infantil e o mal-estar docente: o impacto dos aspectos psicossociais no adoecimento. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, v. 17, n. 2, p.281-289, 2014
- MOREIRA, J. C.; TOMAZZETTI, C. M. Avaliação na educação infantil e formação contínua de professores. Estud. Aval. Educ., São Paulo, v. 29, n. 71, p. 504-527, maio/ago. 2018.
- NOGUEIRA, A. L.; BORGES, M. C. A BNCC da educação infantil: implicações na formação continuada de professores. Olhar de Professor, v. 26, p. 1-21, 2023. DOI: 10.5212/OlharProfr.v.26.20389.016. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/20389>. Acesso em: 30 set. 2024.
- NUNES, P. S. Colaboração e inovação: práticas pedagógicas em rede na educação infantil. Curitiba: Editora Aprender Juntos, 2020.
- OLIVEIRA, C. S. Diversidade e inclusão na educação infantil: desafios formativos. Brasília: Editora Pedagógica, 2018.
- PEREIRA, C. S. Tecnologia e novas abordagens pedagógicas na educação infantil. Brasília: Editora Educacional, 2022.
- PIMENTA, S. G. Teoria e prática na formação de professores: uma reflexão necessária. Belo Horizonte: Editora Formação e Educação, 2019.



- RIBEIRO, S. Políticas públicas e educação infantil no Brasil: uma análise histórica. Curitiba: Editora Aprendendo Juntos, 2008.
- PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Nélio. Educação Infantil: fundamentos e práticas. São Paulo: Editora Pearson, 2020.
- RIBEIRO, Luciana. A criança e sua identidade na educação infantil. São Paulo: Moderna, 2020.
- RIBEIRO, T. S. Formação docente e a implementação da BNCC: desafios e possibilidades. Belo Horizonte: Editora Formação e Conhecimento, 2019.
- SANTOS, E. A. Competências do século XXI na educação infantil: perspectivas e desafios. Porto Alegre: Editora Nova Geração, 2022.
- SILVA, Ana. Políticas de educação infantil: avanços e desafios. Educação e Pesquisa, v. 45, n. 2, p. 225-240, 2019. DOI: 10.1590/s1678-46342019004500002.
- SILVA, T. R. Resistências e possibilidades na educação infantil: a BNCC em foco. Curitiba: Editora Aprendendo Juntos, 2020.
- SOARES, M. C. Educação inclusiva e diversidade na BNCC: um desafio a ser enfrentado. São Paulo: Editora Inclusão e Educação, 2022.
- SOUZA, Carla. A BNCC e a educação infantil: uma análise crítica. Curitiba: Editora Appris, 2019.
- TEIXEIRA, S. R. dos S.; MELLO, S. A. Formação De Professores: uma teoria para orientar as práticas. Belém: CEPECH -Grupo de Estudos e Pesquisas em Infância e Educação Infantil na Perspectiva Histórico-Cultural, 2015
- VIEIRA, D. Currículo e práticas pedagógicas na educação infantil: a perspectiva da BNCC. Brasília: Editora Educacional, 2019.